

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA - ISE
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM PSICOPEDAGOGIA

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

ROSEMERI ZUCOLOTTO

Orientador: Prof. Esp. Ilso Fernandes do Carmo

JUÍNA/2012
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA - ISE
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM PSICOPEDAGOGIA

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

ROSEMERI ZUCOLOTTO

Orientador: Prof. Esp. Ilso Fernandes do Carmo

*“Trabalho apresentado como exigência
parcial para a obtenção do título de Es-
pecialização em Psicopedagogia.”*

JUÍNA/2011
DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família: e a DEUS, você se fez presente em todos os momentos firmes ou trêmulos, e passo a passo pude sentir a Tua mão na minha, transmitindo a segurança, necessária para enfrentar meu caminho e seguir minha vocação...

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente, a Deus Pai, o Criador de todas as coisas, depois a todas as pessoas que me auxiliaram no decorrer da busca incessante de conhecimento.

Agradeço aos meus amigos e a todos de uma maneira geral me ajudaram e em especial aos meus familiares que não mediram esforços em me incentivarem a continuar com meus estudos.

RESUMO

Devido a observações de como são ministradas as aulas de Educação Física nas séries iniciais do Ensino Fundamental, resolvi estudar e realizar este trabalho no intuito de entender melhor o assunto e procurar, de certa forma, ajudar outros profissionais a trabalhar com esta questão. Sabemos que a ludicidade no contexto escolar é de suma importância para o desenvolvimento social e psíquico do ser humano desde seu nascimento até a fase adulta. Estaremos fazendo observações das aulas ministradas por profissionais que atuam nas séries iniciais através de anotações no transcorrer das aulas ministradas e iremos buscar entendimento através de bibliografias específicas para entendermos mais sobre o lúdico no contexto escolar.

Verificamos que os atuais profissionais só trabalham com bola, não existe outras formas de explorar a ludicidade nas aulas de educação física, somente a parte esportiva com bola. Hoje o desafio de prender a atenção do aluno, que vive rodeado pela mídia e uma variedade de recursos tecnológicos, sem perder o foco que é a aprendizagem, exige do professor uma profunda reflexão sobre sua prática. Esse ofício sempre foi muito complexo, mas atualmente essa complexidade parece maior, pois além de trabalhar com alguns saberes, como no passado, tem que conviver com os avanços tecnológicos e a complexidade social atual. Vive-se um contexto onde o aluno, inserido numa sala de aula com quatro paredes, quadro, giz, carteiras dispostas uma atrás da outra, não aceita mais aquela aula em que o professor fala e ele escuta. Esse profissional, que é produto de uma educação dominadora, muitas vezes acredita que está pronto, acabado, que domina muito bem os conteúdos necessários para dar suas aulas com sucesso, sem perceber que o foco não é o conteúdo, mas o aluno. Não tem plena consciência que dá aos alunos respostas prontas, sem problematizar o conteúdo, sem criar situações que promovam a reflexão, sem permitir uma troca entre os colegas e o próprio professor. Não permite ao aluno interagir, colaborar, dirigir suas ações e sair da posição de espectador.

Palavras-chave: Educação física. Formação docente. Séries iniciais. Ensino fundamental.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1. A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS SÉRIES INICIAIS	10
2. A EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL	14
3. A EDUCAÇÃO FÍSICA NOS PRIMEIROS ANOS DA EDUCAÇÃO FUN- DAMENTAL	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26

INTRODUÇÃO

Hoje o desafio de prender a atenção do aluno, que vive rodeado pela mídia e uma variedade de recursos tecnológicos, sem perder o foco que é a aprendizagem, exige do professor uma profunda reflexão sobre sua prática. Esse ofício sempre foi muito complexo, mas atualmente essa complexidade parece maior, pois além de trabalhar com alguns saberes, como no passado, tem que conviver com os avanços tecnológicos e a complexidade social atual. Vive-se um contexto onde o aluno, inserido numa sala de aula com quatro paredes, quadro, giz, carteiras dispostas uma atrás da outra, não aceita mais aquela aula em que o professor fala e ele escuta.

Esse professor, que hoje está na sala de aula, foi formado numa escola bancária que não permitiu questionar, criar, fazer, transformar. Ele é resultado de um processo educativo que ensinou o aluno a adaptar-se e acomodar-se, os conceitos lhe foram apresentados como verdades prontas, únicas e imutáveis, sua função era memorizar, imitar, plagiar. Não teve oportunidades de ter novas ideias, de fazer diferente, para entrar na sala de aula teve que se despir de suas experiências vividas, pois não foram concebidas como um saber significativo. Sempre atuou como espectador recebendo e aceitando conhecimento, sem jamais participar da sua construção, sem poder questionar ou argumentar. Sua visão foi fragmentada, sua leitura crítica abafada, sua individualidade negada, sua imaginação e criatividade tolhidas, seu conhecimento padronizado e estático.

Esse profissional, que é produto de uma educação dominadora, muitas vezes acredita que está pronto, acabado, que domina muito bem os conteúdos necessários para dar suas aulas com sucesso, sem perceber que o foco não é o conteúdo, mas o aluno. Não tem plena consciência que dá aos alunos respostas prontas, sem problematizar o conteúdo, sem criar situações que promovam a reflexão, sem permitir uma troca entre os colegas e o próprio professor. Não permite ao aluno interagir, colaborar, dirigir suas ações e sair da posição de espectador assumindo o papel de protagonista do seu processo de construção do conhecimento.

Vemos então que a escola e a educação são burladas nesse contexto de dominação, pois a escola visa à formação cidadã do sujeito fazendo o capaz de criticar, reivindicar, comprometer-se, participar e a educação é um processo contínuo que envolve o desenvolvimento integral do ser humano. O que se observa é que o

professor é o profissional constituído nesse sistema repressor e autoritário e muitas vezes é usado para garantir os interesses e objetivos desse mesmo sistema, causando-lhe a sensação de impotência diante da confusão gerada para garantir a ideologia dominante. Em meio a toda essa turbulência ainda tem que enfrentar o desinteresse e indisciplina dos alunos em sala de aula. Apesar de conhecer a importância da ludicidade como recurso metodológico insiste em ignorá-la como ferramenta pedagógica, mas é comprovado que o lúdico deve ser usado como forma de transformação e libertação, sugerindo aqui sua inclusão na formação de professores.

O lúdico promove um estado de inteireza, de plenitude naquilo que se faz com prazer e pode estar presente em diferentes situações da vida. Segundo FEIJÓ (1992 p. 61), *“O lúdico é uma necessidade básica da personalidade, do corpo e da mente, faz parte das atividades essenciais da dinâmica humana”*. Para aperfeiçoar sua prática o professor precisa descobrir e trabalhar o lúdico na sua história, resgatando os momentos lúdicos vividos em sua trajetória de vida. É muito difícil trabalhar com o lúdico especialmente para os que foram formados por uma escola que não comportou esse modelo. Por isso se ouve falar e se reconhece a importância do lúdico em sala de aula, mas pouco se faz, exatamente porque não é simples romper com experiências vividas ao longo de toda uma trajetória de vida e acadêmica. Viver a ludicidade em sala de aula, para esse professor, é conviver com o incerto, com o improvável, é deixar de ser protagonista para atuar com o grupo. Para quem não foi estimulado a viver momentos de inteireza e encontro consigo mesmo, a trabalhar a espontaneidade, a criatividade, a imaginação e a emoção se sente inseguro e sem direção.

A ludicidade precisa ser vista como algo imprescindível à necessidade do ser humano que facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento. Apesar do lúdico ainda não fazer parte do currículo dos cursos de formação de professores tem se afirmado ser a ludicidade a alavanca da educação para o terceiro milênio. A formação lúdica deverá proporcionar aos futuros professores vivências lúdicas despertando a valorização da criatividade, sensibilidade, afetividade tornando a prática pedagógica prazerosa e dinamizadora. Se o professor na sua formação não foi sensibilizado a aprender com prazer, sua curiosidade não foi despertada pelo conhecimento, não lhe foi apresentado atividades dinâmicas e desafiadoras como poderá fazê-lo em sua prática pedagógica aquilo que

não experimentou? A este respeito diz SANTIN (1994, p. 27), *“O homem da ciência e da técnica perdeu a felicidade e a alegria de viver, perdeu a capacidade de brincar, perdeu a fertilidade da fantasia e da imaginação guiadas pelo impulso lúdico”*.

Com uma formação lúdica o professor terá oportunidade de se conhecer, de saber quais são suas potencialidades, limitações, desenvolverá seu senso crítico, terá atitude de pesquisador. Por isso a necessidade de formar professores capazes de compreender os benefícios da ludicidade na sua formação pessoal e profissional considerando que não é uma atividade complementar as outras, mas sim uma atividade que auxilia na construção da identidade e da personalidade. Com a ludicidade se aprende a lidar e equilibrar as emoções, a criar um ambiente prazeroso estimulando a aprendizagem. Segundo Santo Agostinho, apud NEVES (2007, p.38),

O lúdico é eminentemente educativo no sentido em que constitui a força impulsora de nossa curiosidade a respeito do mundo e da vida, o princípio de toda descoberta e toda criação.

O professor deve se permitir viver o lúdico e buscar conhecimento teórico para através de experiências lúdicas obter informações sobre o brincar espontâneo e orientado.

Nas escolas, de uma maneira geral, percebemos e vemos como a Educação Física é trabalhada desvinculada de seu principal objetivo que é trabalhar o desenvolvimento físico, social e mental da criança.

A falta de conhecimento e até mesmo de formação dos educadores faz com que a Educação Física se resuma apenas na “bola” como se fosse um recreio, onde os alunos ficam correndo atrás de uma bola e o professor ali, olhando, para evitar maiores transtornos, coibindo palavrões e atos de violência.

Foi através desta observação que surgiu a vontade de aprofundar o assunto tentando buscar outras formas e fontes de se trabalhar a Educação Física nas séries iniciais do ensino Fundamental, enriquecendo suas metodologias e sua prática de docência.

A Educação Física tem um papel de suma importância no processo de ensino aprendizagem nas Unidades Escolares. É uma ferramenta pedagógica que os profissionais das séries iniciais ainda não utilizam, não por que não querem, mas por desconhecerem seu real valor pedagógico.

Para a criança, particularmente aquelas que se encontram na faixa etária entre 6 a 14 anos de idade, a atividade física é mais um problema de ordem biológica, do que propriamente dita pedagógico.

Ainda hoje vemos a exclusão presente nas Unidades de Aprendizagem, principalmente nas aulas de Educação Física quando os “menos habilidosos” são deixados de lado e ficam ao lado do professor olhando os demais brincar. O professor dá a bola e fica de longe olhando e “orientando” os alunos, sem um planejamento prévio e tão pouco uma didática sobre o que está sendo trabalhado.

São inúmeros os jogos que poderão ser trabalhados nas aulas de Educação Física sem que haja a exclusão de alunos, muito pelo contrário, eles serão incluídos em todos os jogos, sejam eles calmantes, psicomotores, desportivos,

Partindo desta triste realidade resolvemos abortar esta questão levantando alguns questionamentos que acreti9tamos ser pertinentes para iniciarmos nossos trabalhos: Qual a sua formação? Possui planejamento? Tem materiais suficientes e adequados para trabalhar com o desenvolvimento de habilidades corporais ligadas a educação física? Que atividades trabalha com os alunos e de que forma as desenvolve? Os espaços são suficientes e adequados para a prática das atividades? Com que frequência desenvolve as aulas de educação física nas turmas e quantas turmas possui? Você diversifica as atividades com que frequência? Mas será que o profissional que trabalha ou “fica” com as aulas de Educação Física gosta e esta preparado para trabalhar com esta disciplina?

Teremos como objetivo principal apresentar uma visão panorâmica da importância do lúdico nas series iniciais do ensino fundamental no processo ensino aprendizagem dos educandos e objetivos secundários como suporte para entendermos e nortear nossos trabalhos analisar e desenvolver atividades de caráter formativo, corporal e estimular o gosto pela prática da Educação Física; verificar se as atividades físicas que oportunizem a participação em grupo, conscientizando os princípios democráticos e sem preconceito; observar as atividades lúdicas como forma de lazer e socialização, respeito mútuo, buscando solucionar os conflitos civilizadamente.

Estaremos visitando e acompanhando os profissionais da Escola Municipal Padre Jose de Anchieta que atuam nas series iniciais do Ensino Fundamental com a disciplina de Educação Física, para entendemos e realizarmos o nosso trabalho.

Tendo em vista que todo ser humano, segundo os estudiosos, somos produto de fatores biológicos e do meio em que vivemos, e que a sociedade não é morta, ela é dinâmica, chamamos aqui a atenção para a importância dos jogos na vida escolar dos alunos das series iniciais tendo como objetivos básicos para as crianças: FORMAR, INFORMAR e RECREAR.

As séries iniciais é a etapa do desenvolvimento educacional cuja especificidade demanda profissionais preparados para conduzir e orientar situações relevantes na formação ampla do indivíduo, determinando o adulto que poderá ser a partir das experiências pedagógicas oportunizadas pela família e instituições educacionais.

No primeiro capítulo abordaremos sobre o papel da educação como processo pedagógico sistematizado de intervenção na dinâmica da vida social, é considerada hoje objeto priorizado de estudos científicos com vistas à definição de políticas estratégicas para o desenvolvimento integral das sociedades. Ela é entendida como mediação básica da vida social de todas as comunidades humanas e também um breve histórico da educação física no Brasil.

No segundo capítulo daremos atenção para a forma como trabalhada a educação física desde as primeiras escolas no Brasil e qual era a sua verdadeira intenção. Pouco antes da metade do século XX, com o declínio da ginástica, o esporte na escola, começa a ser percebido não só como conteúdo fundamental, mas também como elemento condicionante da estrutura organizacional mais ampla da educação física escolar, presente até mesmo na concepção predominantemente poliesportiva dos espaços físicos (quadras de aula). Aqui, a figura do "professor-instrutor" vai paulatinamente cedendo espaço para a do "professor-treinador", representação preponderante na escola até final da década de 70.

Para a efetiva legitimação do campo acadêmico, e de sua prática docente, é preciso, analisar os critérios utilizados ao longo da história para abandonarmos algumas práticas corporais e apostarmos noutras. É preciso analisar quais os mecanismos que permitiram considerar uma determinada forma de conduzir as aulas de

educação física modelar e outras inadequadas. Por exemplo, deixar em segundo plano a organização das aulas em pequenos grupos que realizam diferentes tarefas simultaneamente em favor da distribuição em equipes para facilitar a organização de partidas de voleibol, futebol, basquetebol e handebol no tempo de aula.

No terceiro capítulo falaremos sobre como está sendo trabalhando a ludicidade pelos profissionais das séries iniciais do ensino fundamental e como isto afeta o desenvolvimento intelectual dos educandos.

Se pensarmos que a "nossa Escola" não tem condições, nem nos dá possibilidades para a prática musical, ora por falta de material sonoro, ora por falta de espaço, ora mesmo pela insegurança do professor, nada acontecerá. Porém, se conseguimos desencadear o gosto pela elaboração da música nas classes de Educação Infantil e lutamos para que isto tenha uma perspectiva de continuidade nas demais séries, acreditamos que teremos uma Escola mais alegre e feliz, "risonha e franca"; uma Escola em que alunos, pais e educadores interagirão de maneira harmônica, pois verdadeiramente estarão sendo sujeitos da construção da sua própria história.

1. A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS SÉRIES INICIAIS

A humanidade vive, hoje, um momento de sua história marcado por grandes transformações, decorrentes, sobretudo do avanço tecnológico, nas diversas esferas de sua existência: na produção econômica dos bens naturais; nas relações políticas da vida social; e na construção cultural. Esta nova condição exige um redimensionamento de todas as práticas mediadoras de sua realidade histórica, quais sejam o trabalho, a sociabilidade e a cultura simbólica. Espera-se, pois, da educação, como mediação dessas práticas, que se torne, para enfrentar o grande desafio do 3º milênio, investimento sistemático nas forças construtivas dessas práticas, de modo a contribuir mais eficazmente na construção da cidadania, tornando-se fundamentalmente educação do homem social.

No sentido de dar diretriz à apresentação e discussão dos temas abordados, e não com a intenção de encerrar conceitos, buscamos uma definição de educação, identificando-nos com MELCHIOR (1983), que se referiu à educação, formal ou informal, como:

Aquele processo autônomo, parcialmente orientado do exterior, e desencadeado pela ação do grupo humano a partir de condições internas e externas do indivíduo, e pelo qual se torna possível a este último construir uma visão coerente e autônomo do mundo, do homem, da sociedade, de si mesmo e da vida, permitindo-lhe uma ação autônoma no tempo e no espaço histórico. (p.160).

Seguindo essa mesma linha de pensamento, CUNHA (1984), ao argumentar em favor da educação como sendo muito mais produto do que fator da sociedade, mencionou que:

Pensar que é a educação o móvel da transformação social é uma posição ingênua... A relação entre sociedade e educação é tão estreita que, da mesma forma que a educação não pode ser responsável pela transformação social, nenhuma mudança poderá ocorrer sem ela. (p.10).

A educação, como processo pedagógico sistematizado de intervenção na dinâmica da vida social, é considerada hoje objeto priorizado de estudos científicos com vistas à definição de políticas estratégicas para o desenvolvimento integral das sociedades. Ela é entendida como mediação básica da vida social de todas as comunidades humanas. Esta reavaliação, que levou à sua revalorização, não pode, no entanto, segundo ALMEIDA (2003), fundar-se apenas na sua operacionalidade para a eficácia funcional do sistema socioeconômico, como muitas vezes tendem a vê-la

as organizações oficiais, grandes economistas e outros especialistas que focam a questão sob a perspectiva da teoria do capital humano.

Alguns problemas sociais revelam-se diretamente ligados ou relacionados com a noção de desenvolvimento, de transformação social, e de função da educação. Considerada a função renovadora da educação.

LAGO, ALMEIDA e LIMA (1983), afirmam que:

Na atualidade parece ser um fato amplamente reconhecido nos países desenvolvidos que existe uma ligação íntima entre educação e progresso econômico e social. Ainda que tal fato não fosse plenamente aceito há duas décadas, a opinião pública agora encara a educação como um fator que contribui para a solução de diversos problemas sociais, desde a eliminação dos obstáculos com que se defrontam as crianças socialmente menos favorecidas nos anos que precedem a escola nos anos iniciais, até a readaptação de trabalhadores adultos face à mudanças econômicas, além de desempenhar o papel tradicional de preparar as crianças para serem responsáveis como cidadãos. Porém, um fato mais fundamental parece ser o de que as sociedades avançadas aceitaram a proposição de que maiores conhecimentos e uma maior qualificação são a chave para o progresso individual, social e econômico, e que o acesso a conhecimentos e qualificações através da educação é a “pedra de toque” da igualdade. (p. 332).

A Escola, em face de sua função social, precisa responder mais satisfatoriamente às expectativas de todos aqueles que por direito a tem procurado.

Dizemos “precisa responder”, justamente porque como está organizada e como vem funcionando, deixa muito a desejar. Todos os depoimentos de pais, alunos e até de professores, apontam esta realidade.

Apesar de há anos se verificar uma defasagem entre o que a escola é e o que deveria ser, sabemos que, segundo FEIJÓ (1992), é chegada a hora da passagem da denúncia, da crítica pura e simples, para a sensibilização de que devemos e podemos mudar, ou seja, dar um novo impulso, uma nova direção ao processo educativo.

Neste sentido tentar resgatar o verdadeiro papel da Escola é obrigação de todos os envolvidos na educação, desde o professor em sua sala de aula, aos mais altos setores do sistema educacional. A relação entre educação e transformação social é claramente evidenciada por GADOTTI (1991), quando enfatiza que:

É falsa a afirmação de que nada é possível fazer na educação enquanto não houver uma transformação da sociedade, porque a educação é dependente da sociedade. A educação não é, certamente, a alavanca da transformação social. Porém, se ela não pode fazer sozinha a transformação, essa transformação não se consolidará sem ela. (p.63).

Com a preocupação de avançar cada vez mais na qualidade educacional de nosso país e da comunidade da qual estamos inseridos, é que abordaremos a Educação Física nas séries iniciais neste trabalho, a fim de esclarecemos e também servir de parâmetro para os professores interessados em aprimorar seus conhecimentos nesta área.

Como está sendo trabalhada a Educação Física nos primeiros anos de escolarização com as crianças e como elas estão assimilando e desenvolvendo a habilidade sinestésica. Mas qual é o verdadeiro papel da Educação Física?

A Educação Física, como ciência, segundo FREIRE (1975), é educação global: educação do físico, da mente e educação social. A educação do físico subtemde desenvolver no indivíduo aptidão física, ou seja, estabilidade emocional, saúde, desempenho eficiente em atividades motoras e um corpo esteticamente bem constituído. O desenvolvimento da aptidão física vai possibilitar ao indivíduo exercer melhor suas tarefas diárias.

A Educação Física visa também, segundo FRIEDMANN (1998), desenvolver no estudante a capacidade para as atividades recreativas, ou seja, participar com gosto das recreações desenvolvendo o lado social de cada um, sem esquecer o lado psicológico da criança com o raciocínio lógico.

A falta de trabalhos específicos ou orientações mais atualizadas sobre o ensino da Educação Física nas séries iniciais do Ensino Fundamental numa sistemática seqüência de objetivos, conteúdos e atividades, com a devida estruturação teórica, segundo AZEVEDO (2005), fez com que, admitindo que a responsabilidade de um professor seja ajudar no surgimento de novas idéias relacionadas ao processo ensino-aprendizagem.

O conhecimento da função da Educação Física na Educação, seus fins e objetivos, princípios, necessidades bio-psico-fisiológicas e conteúdos programáticos para as crianças, bem como os fundamentos básicos do seu ensino, segundo AZEVEDO (2001), lhe facilitarão o processo ensino-aprendizagem em geral, permitindo, assim, a aplicação e controle mais eficientes dos objetivos que as crianças desse nível de ensino devem, necessariamente, atingir.

2. A EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

No Brasil colônia, segundo ABERASTURY (1992), os primeiros habitantes, os índios, deram pouca contribuição a não ser os movimentos rústicos naturais tais como nadar, correr atrás da caça, lançar, o arco e flecha. Na suas tradições inclui-se as danças, cada uma com significado diferente: homenageando o sol, a lua, os Deuses da guerra e da paz, os casamentos etc. Entre os jogos incluem-se as lutas, a peteca, a corrida de troncos entre outras que não foram absorvidas pelos colonizadores. Sabe-se que os índios não eram muito fortes e não se adaptavam ao trabalho escravo.

Sabe-se que vieram para o Brasil os negros para o trabalho escravo e as fugas para os Quilombos os obrigavam a lutar sem armas contra os capitães-do-mato, homens a mando dos senhores de engenho que entravam mato adentro para recapturar os escravos. Com o instinto natural, segundo REDIN (2000), os negros descobriram ser o próprio corpo uma arma poderosa e o elemento surpresa.

A inspiração veio da observação da briga dos animais e das raízes culturais africanas.

O nome capoeira, segundo SANTOS (2000), veio do mato onde se entrincheiravam para treinar. "Um estranho jogo de corpo dos escravos desferindo coices e marradas, como se fossem verdadeiros animais indomáveis". São algumas das citações de capitães-do-mato e comandantes de expedições descritas nos poucos alfarrábios que restaram. Rui Barbosa mandou queimar tudo relacionado à escravidão.

Em 1851, segundo HAETINGER, HAETINGER (2001), a lei de n.º630 inclui a ginástica nos currículos escolares. Embora Rui Barbosa não quisesse que o povo soubesse da história dos negros, preconizava a obrigatoriedade da Educação Física nas escolas primárias e secundárias, praticada 4 vezes por semana durante 30 minutos.

Na época do Brasil República, onde começou a profissionalização da Educação Física, segundo TEZANI (2004), as políticas públicas mais ou menos até os anos 60, o processo ficou limitado ao desenvolvimento das estruturas organizacionais e administrativas específicas tais como: Divisão de Educação Física e o Conselho Nacional de Desportos.

Nos anos 70, marcados pela ditadura militar, segundo MARCELLINO (1997), a Educação Física era usada, não para fins educativos, mas de propaganda do governo, sendo todos os ramos e níveis de ensino voltados para os esportes de alto rendimento.

Nos anos 80, segundo MARCELLINO (1997), a Educação Física vive uma crise existencial à procura de propósitos voltados à sociedade. No esporte de alto rendimento a mudança nas estruturas de poder e os incentivos fiscais deram origem aos patrocínios e empresas podendo contratar atletas funcionários fazendo surgir uma boa geração de campeões das equipes Atlântica Boa Vista, Bradesco, Pirelli entre outras.

Nos anos 90, segundo MARCELLINO (1997), o esporte passa a ser visto como meio de promoção à saúde acessível a todos manifestada de três formas: esporte educação, esporte participação e esporte performance. A Educação Física finalmente regulamentada é de fato e de direito uma profissão a qual compete mediar e conduzir todo o processo.

Os passos, segundo WEISS (1997), da profissão: 1946 - Fundada a Federação Brasileira de Professores de Educação Física; 1950 a 1979 - Andou meio esquecida com poucos e infrutíferos movimentos; 1984 - Apresentado 1º projeto de lei visando a regulamentação da profissão; 1998 - Finalmente a 1º de setembro assinada a lei 9696 regulamentando a profissão com todos os avanços sociais fruto de muitas discussões de base e segmentos interessados.

A Educação Física é uma disciplina curricular que, como qualquer outra, está sujeita ao projeto político pedagógico da instituição escolar. Na atual LDB, depois de muitas discussões, a Educação Física foi aprovada como uma disciplina curricular.

A Educação Física, segundo LUDKE (1986), é um componente importante na construção da cidadania, na medida em que seu objeto de estudo é a produção cultural da sociedade, da qual os cidadãos têm o direito de se apropriar. Neste sentido, entende-se como uma área de conhecimento da cultura corporal de movimento. A escolar, como uma área/disciplina que introduz e integra o aluno nesta área da cultura, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir dos jogos, dos esportes, das danças, das lutas e das

ginásticas em benefício do exercício crítico da cidadania e da melhoria da qualidade de vida.

A Educação Física de antes, segundo HUIZINGA (2004), visava a formação de atletas e até mesmo para competições com outras instituições e isto ocorria até mesmo por meio da imposição social da época que selecionava sempre os melhores excluindo aqueles “sem habilidades”.

As atividades físicas, segundo MEDINA (1983), não visam apenas o esporte, mas também o raciocínio, o conhecimento, hábitos, noções éticas e morais, valores, vontades, desejos, preocupando-se com a formação do ser humano.

A prática esportiva não possui mais um caráter formativo para competições, mas em formar cidadãos respeitando suas particularidades e até aproveitando as brincadeiras que trazem consigo através das gerações.

A educação física, como ação psicomotora e por meio da educação psicomotora, segundo TAVARES (1994), incentiva a prática do movimento em todo o transcurso de existência do ser humano. Tal concepção fundamenta-se nos conceitos da educação permanente, como uma nova forma de evento educativo que atualmente tende a revolucionar os sistemas educacionais de todo o mundo. Ela diversifica-se em função das relações sociais, das idéias morais, das capacidades e da maneira de ser de cada um, além de seus valores; educa o movimento, ao mesmo tempo em que põe em jogo as funções da inteligência. A partir dessa posição, pode-se ver a relação intrínseca das funções motoras cognitivas e que, também pela afetividade, encaminha o movimento.

Com a finalidade de aprimorar as aulas de Educação Física no ambiente escolar, para que as crianças se sintam realmente prazer em executar as atividades lúdicas planejadas pelos educadores, é necessário entendermos o contexto atual de como são desenvolvidas e planejadas as aulas de Educação Físicas nas séries iniciais do Ensino fundamental.

Hoje, mesmo com todo o avanço tecnológico existente, várias literaturas sobre a importância da Educação Física nas instituições escolares, ainda é muito tímido o movimento que prega a atividade física como um “recreio” dirigido seja na quadra poli esportiva, ou em qualquer espaço que ofereça meios de se praticar algo lúdico e prazeroso.

Os nossos educadores, em sua formação acadêmica, não tiveram uma orientação sobre a importância das atividades físicas desde a Educação Infantil até ao Ensino Médio e tão pouco lhes prepararam para os desafios da prática recreativa que requer as séries iniciais do ensino fundamental.

Na discussão de um planejamento mais amplo para contemplar a diversidade de culturas no espaço educacional, estão surgindo planejamentos coletivos mais democráticos nos quais garotos e garotas pertencentes a grupos sociais não hegemônicos não serão discriminados.

Para TURRA et. al (1985), um modo de determinar os objetivos ou finalidades da educação consiste em fazê-lo em relação às capacidades que se pretende desenvolver nos alunos, e para isto existem várias formas de classificar as capacidades do ser humano.

SAVIANI (1985), justifica que em relação à educação os problemas sócio-educacionais são vistos como técnicas ineficazes da administração de recursos humanos e financeiros. A elite dominante fez com que se acredite que a solução para todos os males da educação são reformas em métodos e conteúdos curriculares. A solução política, apresentada, aparece como técnica e surge então a idéia de privatização.

Desta forma é importante saber de que forma as propostas pedagógicas estão sendo seguidas, pela dificuldade que passam as escolas, principalmente as públicas, onde as aulas são ministradas muitas vezes em condições muito difíceis e até mesmo precárias, considerando que a maioria das nossas escolas não possui quadras cobertas nem salas vagas para aulas teóricas de Educação Física. Porém, não se pode negar o direito dos alunos vivenciarem certas atividades, mesmo porque muitos não terão mais esta oportunidade em outros períodos escolares ou fora da escola.

“Apenas 1,2% da população brasileira pratica exercícios físicos e 300 mil pessoas morrem por ano no País por doenças decorrentes do sedentarismo”, afirma Fabio Saba (2003, 36), que é Mestre em Educação Física pela USP e Secretário Adjunto da Secretaria da Educação. Segundo o professor, alguns fatores como o histórico pessoal, grau de apreciação, conhecimento dos benefícios, auto-motivação, auto-eficácia, entre outros, levam as pessoas a se manter mais, menos ou não prati-

cantes de atividades físicas. E a escola tem uma grande responsabilidade neste processo. Ele afirma:

O professor de Educação Física deve transformar o momento da aula em um momento prazeroso, que tenha um alto grau de apreciação pelo aluno, para que ele reflita sobre a Educação Física de maneira positiva em sua adolescência e fase adulta. Sabemos que um indivíduo simpatizante pela atividade física irradia este gosto para pelo menos três pessoas. Então, se nós fizermos um trabalho competente com os 6.100 milhões de alunos da rede, estaremos atendendo cerca 24 milhões de pessoas. (2003, 36).

As aulas de Educação Física, desenvolvidas dentro da metodologia de ensino tradicional, segundo ALMEIDA (1987), que têm como objetivo o ensino dos esportes, não contemplam a totalidade do desenvolvimento de competências para a atuação cidadã. “A vida escolar é organizada pelo Projeto Pedagógico”. Assim, a Educação Física deve deixar de estar de fora e passar a fazer parte desse trabalho que é comum, coletivo, participativo, aberto, democrático, fruto de pesquisas e fundamental para a formação.

É importante a prática da Educação Física nas séries iniciais do ensino fundamental, pois esta disciplina, segundo ANDRADE e RODRIGUES (1995), é o componente curricular responsável pela socialização de conhecimentos sobre o movimento humano para que o aluno possa adaptar, interagir e transformar o meio em que vive, sempre na busca de uma melhor qualidade de vida. E mais ainda, a Educação Física é importante no currículo escolar, pois colabora com o despertar e a ampliação de habilidades de leitura e interpretação do mundo em diferentes linguagens. Daí a necessidade de se implantar a Educação Física desde as séries iniciais do ensino fundamental, pois a formação das noções e conceitos tem início desde a entrada do aluno na escola.

Para que a Educação Física atinja suas finalidades, é primordial a participação do professor como agente da ação. Para isso, busca-se um profissional competente e principalmente consciente de suas responsabilidades, que procure constantemente o aperfeiçoamento pessoal e técnico-profissional.

3. A EDUCAÇÃO FÍSICA NOS PRIMEIROS ANOS DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Analisar o lugar da educação física nos primeiros anos do ensino fundamental implica apontar, mesmo que brevemente, segundo ANDRÉ (1995), seu processo de inserção no espaço escolar. Principalmente, como é o caso aqui, quando se pretende pensá-la dentro de um projeto político-pedagógico para escolas da rede pública de ensino. Consistência para tal tarefa não falta à área, há pelo menos duzentos anos de história da educação física, levando-se em conta apenas sua sistematização mais moderna, que precisam ser considerados quando temos como meta a efetiva integração de saberes na escola.

A educação física se escolariza por intermédio da "ginástica científica", baseava-se, segundo BACELLAR (1998), nos pressupostos higienistas/eugenistas emergentes no final do século XIX, que a legitimavam como um dos mais importantes instrumentos de controle dos corpos considerados indolentes e promíscuos naquela época. Tinha como propósito principal a formação física e moral de uma geração futura mais "robusta". Para atingi-lo, era preciso estar dentro da escola, independentemente das prerrogativas pedagógicas que norteavam os demais componentes curriculares. Neste cenário, a figura do "professor-instrutor", detentor de uma formação profissional completamente distinta do licenciado², vai povoar o imaginário social da época.

Pouco antes da metade do século XX, com o declínio da ginástica, o esporte na escola, segundo BRANCO (1995), começa a ser percebido não só como conteúdo fundamental, mas também como elemento condicionante da estrutura organizacional mais ampla da educação física escolar, presente até mesmo na concepção predominantemente poliesportiva dos espaços físicos (quadras de aula). Aqui, a figura do "professor-instrutor" vai paulatinamente cedendo espaço para a do "professor-treinador", representação preponderante na escola até final da década de 70.

Para a efetiva legitimação do campo acadêmico, e de sua prática docente, é preciso, segundo BRANDÃO (1995), analisar os critérios utilizados ao longo da história para abandonarmos algumas práticas corporais e apostarmos noutras. É preciso analisar quais os mecanismos que permitiram considerar uma determinada forma de conduzir as aulas de educação física modelar e outras inadequadas. Por exem-

plo, deixar em segundo plano a organização das aulas em pequenos grupos que realizam diferentes tarefas simultaneamente em favor da distribuição em equipes para facilitar a organização de partidas de voleibol, futebol, basquetebol e handebol no tempo de aula.

Normalmente se considera a primeira forma, que foi um importante procedimento das antigas lições de educação física, mais complexa do que a segunda em função das condições materiais das aulas de hoje, mas pouco se percebe que tal consideração está intimamente ligada às disputas de poder que ao longo do tempo tornaram tais procedimentos "naturais" no campo. (FOUCAULT, 1992).

A adoção em grande escala da subdivisão das turmas majoritariamente em equipes não se resume a uma simples opção por parte dos/as professores/as, mas, segundo FREIRE (1989), se insere em uma forma hegemônica de aprender a lecionar, que vai sendo reafirmada em vários cantos onde um/a professor/a se constitui como tal: universidades, escolas, livros, encontros pedagógicos. Essa uniformidade produz uma idéia de que há um jeito mais adequado de se organizar as aulas e de motivar os alunos/as a participar das mesmas, que geralmente acaba correspondendo a uma visão mais competitiva do que pedagógica do esporte, além de se preterir o ensino da ginástica, dança, lutas e jogos. Reforça-se a lógica de que basta um professor com domínio específico das variáveis técnico-táticas da modalidade esportiva em questão para se garantir uma aula de qualidade.

Essas concepções permeiam também a organização das aulas e dos conteúdos da educação física nas séries iniciais alimentando a antiga discussão sobre quem está mais habilitado a conduzir as aulas nessa fase do ensino fundamental: professor/a licenciado/a na área específica ou "unidocente"? A questão posta dessa forma acaba, segundo FRIEDMANN (1992), deixando em segundo plano um elemento fundamental para a sobrevivência dessa área no currículo, ou seja, a dimensão pedagógica e cultural das práticas corporais nos projetos político-pedagógicos das escolas.

Nélio Marco Vincenzo Bizzo, membro do Conselho Nacional de Educação (CNE), ofereceu importantes contribuições no parecer 16/2001 (BRASIL, 2001), sobre o significado e as relações existentes entre um componente curricular obrigatório e uma disciplina escolar específica do ensino básico. Ele toma como base a discussão estabelecida no âmbito da educação física, mas que, sem dúvida, também auxi-

lia no debate sobre a concepção mais ampla de ensino e currículo. Esse parecer reafirma que a educação física é um componente curricular obrigatório e que deverá constar nas séries iniciais do ensino fundamental de forma integrada. A docência, nessa fase escolar, deve ter um caráter interdisciplinar e abrangente, ou seja, não pode ser confundida com uma disciplina específica, e muito menos se configura em uma atribuição exclusiva de um profissional especializado.

O referido parecer foi analisado e aprovado pelo CNE em julho de 2001, em função de consulta solicitada pelo Ministério do Esporte e Turismo/Secretaria Nacional de Esporte e Ministério Público da União/Promotoria de Justiça de Defesa da Educação - Brasília/DF. De certa forma, tal solicitação está relacionada à crescente movimentação política de uma parcela significativa de entidades profissionais da educação física brasileira em uma defesa predominantemente corporativa da área, o que é perfeitamente legítimo. No entanto, ao centrarem suas ações mais na construção de barreiras jurídicas ao exercício docente de professores/as que não têm habilitação específica em educação física, procuram criar uma espécie de "reserva de mercado disciplinar" no interior da escola e, assim, acabam gerando distorções no trabalho pedagógico desenvolvido nos primeiros anos do ensino fundamental.

Trata-se de um movimento de certo modo discriminatório, pois desvaloriza o trabalho unidocente em nome de uma hierarquização de saberes e competências muito estreita. Nessa disputa, parte dos/as professores/as unidocentes passa a entender a educação física como tarefa alheia ao seu universo de ações pedagógicas e, quando não se tem a presença de um professor de educação física na escola (e a rede pública estadual do Rio Grande do Sul, por exemplo, não tem), deixam de ministrar os conteúdos deste componente curricular obrigatório. O efeito dessa movimentação é uma separação ainda maior entre educação física e as demais áreas de conhecimento na escola, algo que segue na contramão das Diretrizes Curriculares Nacionais e da construção de propostas político-pedagógicas integradas.

Por outro lado, há também professores/as de educação física que defendem a presença de colegas da área nessa fase da vida escolar sem, no entanto, se basearem na mesma lógica corporativa. Algumas propostas de inserção de professores/as de educação física nas séries iniciais do ensino fundamental, segundo JOSÉ (2000), estão centradas na participação sob forma de assessoria, atuando na elaboração de planejamentos e oferecendo subsídios teórico-metodológicos para lidar

com a relação de ensino-aprendizagem através das práticas corporais, perspectiva também defendida por boa parte dos/as professores/as unidocentes.

Diante de tal quadro, creio que seria muito mais produtivo pensar a inserção da educação física escolar nas séries iniciais a partir de outras bases. Antes de discutirmos quem deve ou não ministrar as aulas nesta fase é preciso reivindicar um lugar compatível com os demais componentes curriculares obrigatórios no trabalho escolar cotidiano. As crianças, por exemplo, aprendem língua portuguesa e matemática não com lingüistas ou matemáticos, e sim com professores/as unidocentes que se apropriam do conhecimento pertinente a cada uma dessas áreas para melhor ensinarem seus alunos e alunas. Ou seja, o valor de ambas não está na presença física de docentes especialistas nos primeiros anos do ensino fundamental, mas no fato de serem vistas como duas importantes áreas do conhecimento humano.

Deve-se ressaltar o emprego do termo "área de conhecimento" e não "disciplina". Isso não deve ser visto como acidental, uma vez que o espírito da própria LDB é o de conferir autonomia pedagógica às escolas, de maneira a induzi-las a elaborar projetos pedagógicos que estejam adequados a sua própria realidade (...) conclui-se, portanto, que não existe vinculação direta entre componente curricular, mesmo obrigatório e disciplina específica no currículo de ensino. (BRASIL, 2001).

Para quem defende a presença pura e simples do profissional de educação física em todos os âmbitos de ensino, o conteúdo deste parecer pode até mesmo representar um retrocesso. No entanto, vejo na passagem em destaque um extraordinário avanço para a educação física escolar: receber tratamento curricular equivalente às demais áreas do conhecimento, mesmo que ainda esteja mais visível nas leis do que na prática docente. Retrocesso, no meu entender, com base em KISHIMOTO (1996), é centrar a discussão somente na presença/ausência de um profissional de educação física nas séries iniciais, algo que pode criar obstáculos ao reconhecimento de sua importância pedagógica no âmbito escolar.

Em vez de se restringir a atuação unidocente nas séries iniciais, penso que seria muito mais produtivo para a educação física, com base em KRAMER (1995), incentivar cada vez mais a apropriação do conhecimento específico produzido no campo, pleitear a inclusão da área na elaboração de planejamentos e incentivar intervenções pedagógicas cada vez mais articuladas aos demais componentes curriculares obrigatórios.

Isso não significa dizer que o professor licenciado em educação física vá ter seu acesso negado ao ensino nas séries iniciais, muito pelo contrário. Além de ser fundamental sua participação efetiva na organização nos diferentes níveis de planejamento, a condução das aulas nos primeiros anos do ensino fundamental também pode ser uma de suas atribuições na escola. O importante é que esta participação não seja vista como uma atividade meramente recreativa ou como "hora-do-descanso" do/a professor/a unidocente, e sim como uma forma de fazer acontecer o plano político-pedagógico elaborado pelos diferentes setores da escola.

É importante salientar, por fim, que os mais de duzentos anos de produção de conhecimento em educação física, segundo LOURDES (2003), precisam ser incorporados ao currículo e efetivamente ofertados nos anos fundamentais da vida de qualquer criança. Há, portanto, muita coisa a aprender e ensinar nessa área, antes de discutir quem deve ou não ministrar as aulas nesse período escolar.

O tratamento metodológico dado à Expressão Musical na Pré-escola e nas demais séries iniciais tem-se restringido a um momento de recreação, ou somente ao tempo em que se preparam números musicais para as festas comemorativas da Escola. Não há, portanto, nenhum compromisso ou objetivo relacionado ao desenvolvimento expressivo da criança.

A música, segundo LOPES (1996), deve ser considerada uma verdadeira "linguagem de expressão", parte integrante da formação global da criança. Deverá ela estar colaborando no desenvolvimento dos processos de aquisição do conhecimento, sensibilidade, criatividade, sociabilidade e gosto artístico. Caso contrário perder-se-á na forma de simples atividade mecânica, com a mera reprodução de cantos, sem a interação da criança com o verdadeiro momento de criação musical.

Considerando os aspectos socioculturais, cognitivos, afetivos, psicológicos das crianças da região em que estamos atuando, segundo MOURA (2000), partimos para um trabalho em que alunos e professores se envolvem numa busca de caminhos para o desenvolvimento da prática musical, de acordo com os interesses de cada grupo.

Se pensarmos que a "nossa Escola" não tem condições, nem nos dá possibilidades para a prática musical, ora por falta de material sonoro, ora por falta de espaço, ora mesmo pela insegurança do professor, nada acontecerá. Porém, se con-

seguimos desencadear o gosto pela elaboração da música nas classes de Educação Infantil e lutamos para que isto tenha uma perspectiva de continuidade nas demais séries, acreditamos que teremos uma Escola mais alegre e feliz, "risonha e franca"; uma Escola em que alunos, pais e educadores interagirão de maneira harmônica, pois verdadeiramente estarão sendo sujeitos da construção da sua própria história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a inteligência humana a partir da Educação Física pode parecer tarefa ambiciosa e até estranha para aqueles que mantêm a concepção de ser humano dividido em corpo e mente e não consideram o movimento como uma manifestação da inteligência.

Numa passagem pelas teorias acerca da inteligência, teoria veiculada pelas ciências no último século, pôde-se perceber o predomínio desta concepção e uma maior valorização das funções mentais em detrimento das corporais. Nesta perspectiva, a capacidade lógico-matemática e lingüística é que representaram a inteligência humana em detrimento de outras. Esse pensamento também influenciou a educação, que continua dando maior ênfase para esses domínios. Também na história da Educação Física encontram-se evidências da dicotomia corpo mente, porém com ênfase e atuação sobre o corpo.

Muitas correntes filosóficas e ramificações das ciências biológicas e humanas já superaram essa concepção. Conceber o ser humano uno e indivisível a partir de sua corporeidade e complexidade é um dos princípios que permeou este trabalho acadêmico e orientou a escolha das correntes pedagógicas presentes nas análises da pesquisa.

Encontrei na Teoria das Inteligências Múltiplas, um conceito ampliado de inteligência, o que reforçou a necessidade de dilatar também a visão de educação. Ao reconhecer as múltiplas formas de a inteligência se manifestar, o autor também defende diferentes formas de aprender. O reconhecimento do movimento como manifestação da inteligência, via de acesso à aprendizagem e compreensão de que esta manifestação não se dá somente pelo desempenho de altas performances ou de movimentos padronizados, mas também pela resolução de problemas e criação e recriação das manifestações da cultura a partir do potencial de cada um, contribuiu para reforçar a necessidade de mudança nas orientações pedagógicas da Educação Física.

A Educação Física, ao se relacionar com outras áreas de conhecimento, principalmente a pedagogia e as ciências biológicas, e mais recentemente, a psicologia, incorpora os conhecimentos produzidos nestas áreas em relação ao processo de ensino/aprendizagem, especialmente aqueles relacionados à perspectiva intera-

cionista, proporcionando, assim, um novo direcionamento para as práticas pedagógicas.

Entre as correntes que contribuíram para os avanços conceituais e do cotidiano, podemos citar os conhecimentos da pedagogia construtivista, que preconiza o aprender a aprender, aprender a pensar, a refletir e a criar. Neste estudo, também a teoria “Ensinar para Compreensão”, que derivou da Teoria das Inteligências Múltiplas e converge em muitos aspectos com a proposta construtivista, indicou pontos importantes para a prática pedagógica. Essas direções teóricas pressupõem a compreensão profunda, o pensamento complexo, a aprendizagem significativa, a autonomia e a flexibilidade do aluno para resolver problemas e criar novas abordagens do conhecimento. Sempre estive ciente da responsabilidade do pesquisador/professor junto às escolas.

Detectar o problema, apontar possíveis soluções, parece não ser tão difícil, porém, para que haja mudança efetiva no cotidiano, parece-me essencial tomar algumas atitudes. Esta pesquisa, além de esclarecer questões inicialmente estabelecidas, fez-me entender a necessidade de um projeto de formação continuada para os professores da educação básica. Sobre esta formação, talvez os professores já conheçam as teorias ou propostas existentes, a dificuldade é de estar aplicando esse conhecimento no cotidiano. Espero que este trabalho sirva de referência e possa contribuir para uma mudança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERASTURY, Arminda, **A criança e seus jogos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo: Loyola, 1987.

ANDRADE, Maria Isabel e RODRIGUES, Simone Pascoal. **Brinquedoteca: uma alternativa pedagógica**. Relato de Experiência. Belém: Universidade da Amazônia Unama, 1995.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.

AZEVEDO, Janete Izabel Alves Coutinho de. **O cesto dos tesouros e o brincar heurístico: uma proposta de prática educativa para bebês de 09 a 14 anos**. São Paulo: Editora do Brasil, 2005.

AZEVEDO, Lindaura Moraes. **Ludicidade: o jogo como motivação para estimular o desenvolvimento infantil**. São Paulo: Editora do Brasil, 2001.

BACELLAR, Marília. **Que gente é essa ?** : Estudos Sociais, 2ª série. São Paulo: Editora do Brasil, 1998.

BRANCO, Samuel Murgel. **O saci e a reciclagem do lixo**. São Paulo: Moderna, 1995.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRASIL.. **Parecer nº 16/2001. Brasília: Conselho Nacional de Educação/CEB, 03 de julho de 2001.**

CUNHA, Nylse Helena da Silva. **Brinquedo, desafio e descoberta: subsídios para utilização e confecção de brinquedos**. Rio de Janeiro: FAE, 1988.

_____. **Brincar, pensar, conhecer: jogos e atividades para você fazer com suas crianças**. São Paulo: Maltese, 1998.

CUNHA, Beatriz. **O ato de brincar**. Rio de Janeiro: Abril, 1984.

FEIJÓ, O. G. **Corpo e movimento: uma psicologia para o esporte**, Rio de Janeiro: Shape, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

FRIEDMANN, A. (et. al.). **O direito de brincar**. 4. ed. São Paulo: Edições Sociais: Abrinq, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, João Batista. **Educação física de corpo inteiro**: teoria e prática da educação física. São Paulo: Scipione, 1989.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. 10. ed. São Paulo: Cortez/Autores associados, 1991.

HAETINGER, Daniela; HAETINGER, Max Gunther, **Jogos, recreação e lazer**. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2001.

HUIZINGA, Johan. **O homem e os jogos recreativos**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

JOSÉ, Elias. Era uma vez. **Nova Escola**, São Paulo, n.º 133, p.10-11, jun / jul 2000.

LAGO, Luiz A. Correa do, ALMEIDA, Fernando Lopes de, LIMA, Beatriz M. F. de. *Estrutura ocupacional, educação e formação de mão-de-obra*: os países desenvolvidos e o caso brasileiro. Rio de Janeiro: IBRE/FGV, 1983.

LOPES, Josiane. Vygotsky: o teórico social da inteligência. **Nova Escola**, Rio de Janeiro, n.º 99, p.33-38, dez 1996.

LUDKE, Menga ; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U. ,1986.

LOURDES, E. Ribeiro. **O real do construtivismo**. Belo Horizonte: Fapi, 2003.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 1996.

KRAMER, Sônia. **A política da pré- escola no Brasil**: a arte do disfarce. São Paulo: Cortez, 1995.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Pedagogia da animação** - coleção corpo e motricidade. 2. ed. Campinas: Papirus,1997.

MEDINA, J. P. S. **Educação Física cuida do corpo...e mente**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1983.

MELCHIOR, J.C de A. Reflexões a respeito da reformulação dos cursos que preparam recursos humanos para a educação. **Revista da Faculdade de Educação/USP**, São Paulo, 1983.

MOURA, Rosângela de. Antigos atravessam gerações. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 set. 2000. Folhinha, p. 4-6.

NEVES, Carlos E. J. **A ludicidade na escola**. São Paulo: Loyola, 2007.

REDIN, Euclides, **O espaço e o tempo da criança**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

SABA, Fábio. **Mexa-se**: atividade física, saúde e bem estar. São Paulo: Takano, 2003.

SANTIN, S. **Da alegria do lúdico à opressão do rendimento**. Porto Alegre, RS:ESEF- UFRGS,1994..

SANTOS, Santa Marli Pires dos (org), **Brinquedoteca**: a criança, o adulto e o lúdico. Petrópolis: Vozes, 2000.

SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum a consciência filosófica. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

TAVARES, Marcelo. **O ensino do jogo na escola**: uma abordagem metodológica para a prática dos professores de educação física. São Paulo: UFPE, 1994.

TEZANI, Thaís Cristina Rodrigues. **O jogo e os processos de aprendizagem e desenvolvimento**: aspectos cognitivos e afetivos. São Paulo: Ática, 2004.

TURRA, C.; ENRICONE, D. ;SANT'ANNA, F.; ANDRE, L. **Planejamento de ensino e avaliação**. Porto Alegre: Sagra, 1985.

WEISS, Luise. **Brinquedos e engenhocas**- atividades lúdicas com sucata. São Paulo: Scipione, 1997.